

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais

NEOFASCISMO E SEGURANÇA PÚBLICA: TENDÊNCIAS IDEO-POLÍTICAS E ORÇAMENTÁRIAS DA POLÍTICA NACIONAL

JOSÉ RODOLFO SANTOS DA SILVEIRA¹

ANDRESSA KOLODY²

BRUNA EVELYN BITENCOURT DE LIMA³

RESUMO:

Objetivou-se discutir o desenvolvimento da política brasileira de segurança pública mediante revisão bibliográfica e análise orçamentária. Relações entre essa política e o neofascismo, sua trajetória desde a redemocratização, destacando determinações de classe, raça e gênero e tendências orçamentárias nesta área nos governos Bolsonaro e Lula em 2023 foram as contribuições deste estudo.

Palavras-chave: Fundo Público; Racismo; Segurança Pública; Política Pública; Neofascismo.

ABSTRACT: The aim was to discuss the development of Brazil's public security policy through a literature review and budget analysis. The contributions of this study include the relationship between this policy and neo-fascism, its trajectory since redemocratization, highlighting class, race and gender determinations, and budget trends in this area in the Bolsonaro and Lula governments in 2023.

Keywords: Public Budget; Public Fund; Public Security; Public Policy; Neo-fascism.

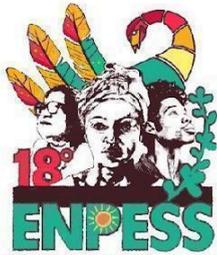
INTRODUÇÃO

A relação entre o crescimento da extrema direita e do neofascismo com o debate sobre

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

segurança pública é evidente. No Brasil, o bolsonarismo como movimento de viés neofascista, que aglutina setores conservadores de extrema direita, erigiu parte de sua propaganda em torno de aspectos da segurança pública, com a defesa de formas de encarceramento e criminalização da vida, além do combate ao “politicamente correto”. A identidade entre o tratamento penal da miséria e das desigualdades foi tamanha que estes setores foram a público defender absurdos, como o encarceramento de vítimas de estupro que realizassem aborto por meio do Projeto de Lei N. 1904/2024 (Brasil, 2024).

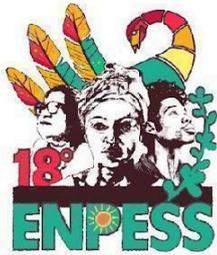
O avanço da extrema direita e do neofascismo no mundo deve ser situado a partir de seus múltiplos determinantes: históricos, econômico-sociais e políticos. Para tanto, é necessário ultrapassar uma leitura politicista, centrada na aparência do fenômeno e nos discursos irruptivos de seus líderes emocionados. Na direção apontada, estudos anteriores (Kolody; Lima, 2024) demonstraram que nem sempre os discursos neofascistas, incluindo aqueles que abrangem a política de segurança pública, representaram mudanças no comportamento do fundo público, como ocorreu no governo Bolsonaro.

É imperioso ler os neofascismos contemporâneos como fenômenos diversos do fascismo histórico de Mussolini e Hitler (Mattos, 2020). Compreender e enfrentar o neofascismo exige, assim como fizeram os analistas do fascismo histórico na esquerda socialista do século XX, pesquisar o objeto em movimento, suas determinações objetivas e subjetivas. Para isso, considera-se que há um processo de fascistização em várias latitudes, sendo o bolsonarismo o signatário brasileiro.

O fascismo nunca foi implementado abruptamente, mas como resultado de um processo e uma dinâmica política que se desenvolveram ao longo de um período considerável, ou seja, a implementação do fascismo sempre implica um processo de fascistização, que atravessa necessariamente mediações, transações, saltos e ruptura (Mosquera, 2023).

A crise do chamado “presidencialismo de coalizão” e dos ideais da “nova república”, especialmente a partir de 2016, expressavam a crise dos setores burgueses em impor sua hegemonia. Exigiam mudanças nas políticas estatais em direção ao aumento das expropriações e intensificação da exploração do capital sobre o trabalho no Brasil. Nessa conjuntura, movimentos de direita, conservadores e anticomunistas, ascenderam sob a bandeira do combate ao “politicamente correto”, ou seja, legitimando expressões de misoginia, lgbtqifobia e, sobretudo, racismo.

O bolsonarismo tornou-se um movimento com influência de massas, cujo crescimento ocorreu na esteira da mobilização de direita em defesa do golpe midiático e parlamentar que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

retirou Dilma Rousseff do posto de presidente da república. Portanto, o processo que levou Bolsonaro à presidência foi produzido paralelamente às respostas de setores burgueses aos rebatimentos da crise do capital no Brasil, particularmente na segunda metade da década passada.

Compreender o papel da política de segurança pública e sua relação com o neofascismo na realidade brasileira, por sua vez, exige apreender leituras sobre as particularidades da formação econômica e social do país. Além disso, compreender como as tendências de crise no capitalismo contemporâneo atualizaram respostas violentas às mazelas oriundas do modo de produção e reprodução do capitalismo.

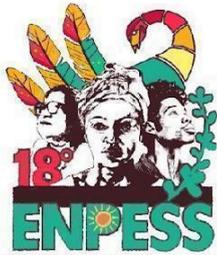
A violência extrema é a forma principal do exercício da dominação de classe no Brasil, e essa violência é fundante da nossa particularidade nacional. O sequestro e escravização de negras e negros de África para sustentar a exploração colonial forjaram a formação social brasileira e, como demonstra Moura (2021), participaram como motor dinâmico desta sociedade.

No período que caracterizou como “Escravidão tardio”, Moura (2014) demonstrou como as lutas dos escravos e a resposta violenta do Estado e dos donos de terra constituíram a dinâmica central da sociedade brasileira no período escravista. As barragens erguidas no pós-abolição, que excluíram trabalhadores negros e negras do mercado formal de trabalho, assim como a extrema violência e criminalização dos corpos negros, são estruturantes da sociedade brasileira e do tipo de capitalismo nestas latitudes.

Portanto, a justificação da violência contra os corpos negros não é inovação do neofascismo brasileiro, remonta ao escravismo e, posteriormente, ao modo dependente de incorporação do Brasil à dinâmica capitalista. Já na segunda metade do século XIX, teorias eugenistas ganharam relevância no Brasil. Elas participaram do caldo cultural em que se ergueram “barragens” significativas à incorporação igualitária dos negros e negras na sociedade brasileira, justificando o incentivo estatal à imigração europeia, a exclusão da população negra dos ofícios antes desempenhados por ela e a “expulsão do negro livre do centro do sistema de produção para a sua periferia” (Moura, 1977, p.33).

Na primeira metade do século XX, acompanhando o movimento de modernização do capitalismo brasileiro, floresceram análises que postulavam a miscigenação como virtude brasileira, apagando a crítica histórica à violência que produziu tal fenômeno e as “barragens” aos negros e vantagens para brancos surgidas nesse processo.

Desta forma, a existência do negro marginalizado por questões socioeconômicas, oriundas da forma como a escravidão foi extinta no Brasil, e do negro conscientizado, que procura resolver sua problemática mesmo nos quadros da atual sociedade, criou



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a imagem do mau cidadão negro. Imagem que é apenas uma racionalização negativa plasmada pelas classes dominantes para continuarem a usá-lo como exército industrial de reserva e contingente de mão de obra não qualificada que pode ser comprada a baixo preço quando lhes convier (Moura, 1977, p. 47).

A propaganda da democracia racial e a negação do racismo no Brasil alcançaram relativa hegemonia, ao mesmo tempo em que cresceu a justificção da violência contra corpos negros e o genocídio de imensos setores dessa população, agora transformada no tipo ideal de “mau cidadão”. Não se trata apenas de ideologia, mas da manutenção dos mecanismos estruturalmente racistas que sustentam o capitalismo dependente brasileiro, baseado em superexploração e extermínio de parte do exército industrial de reserva.

O racismo como componente estrutural da formação econômica e social brasileira participa de diferentes modos do caldo cultural conservador e à direita no país. Sendo assim, o aprofundamento da ofensiva neoliberal no Brasil constituiu solo fértil para o crescimento de formas neofascistas, abertamente reacionárias e desavergonhadamente racistas.

As respostas conservadoras, reacionárias e neofascistas para as consequências da radicalização do neoliberalismo, apesar de apontarem para mais neoliberalismo, assumem aparência de discurso anti-sistêmico. Sua propaganda questiona os avanços civilizatórios alcançados na área de direitos humanos e na direção da diversidade. A política de segurança pública no país torna-se *locus* dessa propaganda, que exalta a violência e o extermínio dos “maus cidadãos” (Moura, 1977) em detrimento dos setores autodenominados como “cidadãos de bem” na órbita do neofascismo brasileiro.

Parte expressiva dos sujeitos que orbitavam em torno do bolsonarismo defendem a violência policial, a ampliação do encarceramento em massa, aumento da punibilidade de crimes comuns, entre outras medidas que fortalecem um Estado penal robusto em contraposição a um Estado social diminuto.

O movimento neofascista brasileiro, expresso nos ideais que levaram Bolsonaro à presidência da república, reproduz as relações violentas da exploração de classe no Brasil. Paralelamente, reproduz relações raciais que culminam na morte da juventude negra nas periferias e favelas por esfacelar institutos de promoção de equidade, expressos na constituição de 1988, pela violência do Estado e pelo crime organizado como tráfico ou como milícias. A propaganda em torno da segurança pública é elemento estruturante deste movimento de cariz neofascista.

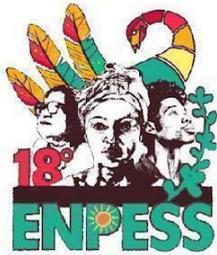
O padrão violento e racista da política nacional de segurança pública

O 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela uma visão abrangente da segurança pública no Brasil ao longo da década de 2010. Em 2017, o país atingiu um pico de violência letal com uma taxa de 30,9 mortes por cada 100 mil habitantes. Em 2022, essa taxa caiu para 23,3%, uma redução de 7,6%, com os registros absolutos diminuindo de 48.431 em 2021 para 47.508 em 2022 (FBSP). A queda é atribuída à estabilização dos números, retornando aos níveis anteriores ao aumento de casos a partir de 2016, especialmente no Norte e Nordeste. Fatores como políticas estaduais de segurança, cessar-fogo entre facções e a diminuição de jovens entre 15 e 29 anos na população contribuíram para essa mudança (Cerqueira et al, 2023; FBSP, 2022; 2023).

Apesar da redução mencionada, a situação continua crítica em cerca de 20 estados e mais de 1/3 dos municípios. Em 2022, os estados mais violentos foram Amapá (50,6/100mil), Bahia (47,1/100mil) e Amazonas (38,8/100mil), superando a média nacional (FBSP, 2023). A persistência da violência resulta não só da expansão do crime organizado e disputas por rotas de drogas (Manso, 2018), mas também da integração do país ao novo/velho padrão de reprodução do capital, além da crise da democracia capitalista e o controle penal do Estado (Gonçalves, 2019; Behring, 2021; Jaumont, 2022). Esses fatores são atravessados pela condição periférica e de dependência do país, bem como pela história antidemocrática, escravista e autoritária do Brasil, refletida na política pública de segurança.

A expansão dos setores estratégicos como agroindústria e extrativismo mineral, beneficiados pela transferência de recursos do fundo público e a asfixia do orçamento fiscal (Behring, 2021), intensifica conflitos por recursos naturais e questões fundiárias, aumentando a violência em algumas regiões. Taxas elevadas de Mortes Violentas Intencionais (MVI) nos estados da Amazônia Legal evidenciam essa relação (CPT, 2023; FBSP, 2023; Silva et al, 2023). Esses conflitos não apenas impactam as estatísticas de MVI, mas também restringem liberdades democráticas e aumentam a violência política contra movimentos sociais. A polícia é frequentemente apontada como corresponsável, junto com fazendeiros, jagunços, contraventores e milicianos (Silva et al, 2023).

O Brasil, com apenas 2,7% da população mundial, responde por 20,5% dos homicídios conhecidos globalmente, destacando-se com o maior número absoluto de homicídios entre países como Índia e México (FBSP, 2022). A baixa taxa de resolução dos crimes agrava a situação: nos últimos sete anos, apenas 35% dos homicídios foram esclarecidos, comparado à média global de 63% (Graeff et al, 2023). Armas de fogo são o principal fator por trás das altas taxas de MVI no Brasil, usadas em 76,5% das 47.508 mortes registradas em 2022. A



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

flexibilização do acesso a armas durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro resultou em um aumento significativo no número de armas de fogo e na abertura de mais de 1.000 novos clubes de tiro (Brasil, PL-682/2024; Lorrán, 2024; Zanini, 2022).

O aumento das armas de fogo no Brasil trouxe graves consequências sociais, como ataques em escolas, suicídios, incidentes domésticos e feminicídios. Em 2022, das 3.788 mulheres assassinadas, 1.878 foram vítimas de arma de fogo (FBSP, 2023; Cerqueira e Bueno, 2023; Potyara et al., 2022). Durante o governo ilegítimo de Temer, o Estatuto do Desarmamento, foi enfraquecido, fortalecendo abordagens militarizadas para a segurança pública, de controle repressivo-penal. Sob a gestão ultraneoliberal e neofascista de Jair Bolsonaro, houve expansão da presença de militares em órgãos estratégicos e interferência política em instituições de segurança pública (Moura, 2021; Kolody; Lima, 2023).

Os altos índices de desaparecimentos em 2022, totalizando 74.031 casos, refletem a gravidade da segurança pública. Casos emblemáticos, como o de Amarildo, que desapareceu na Rocinha e foi torturado até a morte por agentes de segurança, exemplificam as consequências dessa lógica de segurança (FBSP, 2023; Sampaio, 2023). O aumento dos suicídios, especialmente entre policiais civis e militares, que aumentaram 55% entre 2020 e 2021, refletindo o impacto negativo da militarização e das narrativas de confronto incentivadas pelos líderes políticos, também é preocupante (FBSP, 2023).

A politização da segurança pública é explorada por políticos para consolidar agendas de poder. Bolsonaro, por exemplo, priorizou a relação com agentes de segurança, expressa em programas como o Habite Seguro e na tentativa de aprovar a excludente de ilicitude para policiais (Kolody; Lima, 2023), além da participação do ex-presidente em formaturas de oficiais da Polícia Militar e de suas declarações inflamadas, como “Policial que não mata não é policial” (Soares, 2019).

Em uma manifestação da profunda indiferença arraigada em relação às questões de desigualdade de gênero e diversidade sexual, dados sobre vitimização por desaparecimento e violência contra a população LGBTQIA+ são escassos nos indicadores oficiais, mas organizações como o Grupo Gay Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), afirmam a gravidade dessa realidade.

Em 2023, o Brasil registrou 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIAP+, consolidando-se como líder mundial em letalidade por homotransfobia. Das 257 vítimas identificadas, 127 eram travestis e transgêneros, 118 eram gays, 9 lésbicas e 3 bissexuais, a maioria das vítimas (67%) tinha entre 19 e 45 anos. São Paulo liderou em número de mortes

(34), seguido por Minas Gerais (30), Rio de Janeiro (28) e Bahia (22). Entre as capitais, São Paulo (12), Rio de Janeiro (11), Manaus (10) e Salvador (8) se destacaram como os locais mais violentos para a população LGBTQIA+ (Bocchini, 2023; Stanga, 2024).

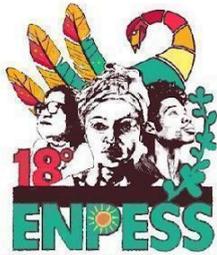
O Brasil continua a reproduzir de maneira persistente e cruel injustiças sociais, de gênero, raciais e geracionais. A maioria avassaladora das vítimas de mortes violentas são negras, jovens, do sexo masculino e com baixa escolaridade. As disparidades raciais são evidentes nas taxas de MVI, que são de 4,5 por 100 mil habitantes para negros e apenas 1,0 para brancos. Essas características demográficas permanecem consistentes ao longo do tempo, conforme indicado pela série histórica no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A assimetria racial se destaca ainda mais ao considerar o percentual de mortes por homicídio doloso e as causadas por policiais. Negros são desproporcionalmente afetados, representando a grande maioria das vítimas nessas circunstâncias, com 76,5% e 83,1%, respectivamente. Além disso, uma parcela significativa das vítimas de intervenções policiais (76%) são adolescentes negros. Embora tenha sido registrada uma redução na letalidade entre brancos em 2021, os índices aumentaram entre negros (FBSP, 2022; 2023), revelando a persistência do racismo independentemente das flutuações na incidência de crimes.

Os episódios de letalidade policial frequentemente estão associados a práticas de patrulhamento baseadas em incursões e policiamento ostensivo, reveladores de padrões violentos. Essas práticas contradizem o papel da polícia e os princípios fundamentais do direito à segurança. Operações como Escudo e Verão, realizadas na Baixada Santista em São Paulo, exemplificam essa dinâmica, tanto pelo nível de violência legitimada pelo Estado, quanto pelo autoritarismo presente na sociedade que muitas vezes naturaliza as consequências desse padrão interventivo (G1/Santos, 2024).

A constatação de que em 771 dos 1.117 municípios com registros de mortes por policiais, pelo menos uma vítima é negra, e em 448 cidades brasileiras, todas as vítimas de ações policiais são pessoas negras, aponta para a disparidade geográfica e para a institucionalização da violência letal perpetrada pela polícia no Brasil (Silva e Borges, 2024). Essa discrepância é evidente, por exemplo, no Paraná, onde houve uma proporção alarmante de 479 mortes por policiais para cada caso de vitimização policial durante o período analisado (FBSP, 2023).

A racialização opera através de estereótipos que determinam quem é o suspeito, muitas vezes baseados na cor da pele e no local de residência. Essa lógica atravessa séculos e foi sendo reforçada em momentos como a da ditadura militar. As críticas à atuação racista dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

agentes de segurança têm enfrentado declarações oficiais que buscam dissociar o papel institucional da polícia nesse processo. Uma interpretação equivocada do conceito de racismo estrutural argumenta que os agentes de segurança, sendo brasileiros, não seriam responsáveis pela prática de racismo. No entanto, a polícia é parte integrante e ativa de um sistema que perpetua o racismo estrutural por meio da atuação institucional (Almeida, 2019; Ramos, 2022).

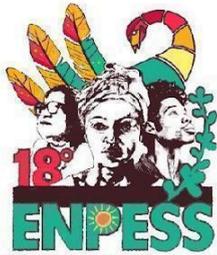
A racionalidade subjacente à criminalização de segmentos sociais baseia-se na ideologia da defesa social, associando repetidamente pobreza, raça e perigo. Esse ideário permeia a luta de classes, consolidando-se no imaginário social como uma matriz de inimigos do Estado em que as políticas de segurança se fundamentam. Tal pressuposto não apenas orienta os critérios da justiça criminal, mas também os critérios silenciados ou negados pelo discurso jurídico, os quais são socialmente legitimados pela recorrência e aceitação de sua aplicação (Batista, 1997).

A maioria das mortes violentas intencionais (52,3%) aconteceram em vias públicas e nas residências das vítimas, com destaque para as mortes por policiais, que representaram 68,1% dessas ocorrências, levantando questões importantes sobre o policiamento ostensivo e a dinâmica da criminalidade.

O recorte racial das mulheres vítimas de violência letal no país reforça os elementos de racismo que permeiam todas as modalidades criminosas. Entre as vítimas de feminicídio, 61,1% eram negras e 38,4% brancas. Nos demais assassinatos de mulheres, o percentual de vítimas negras é ainda maior, representando 68,9% dos casos, em comparação com 30,4% de brancos. Em relação à faixa etária, 71,9% das vítimas de feminicídio tinham entre 18 e 44 anos, com o maior percentual concentrado entre 18 e 24 anos. Para outras mortes violentas, o risco é mais alto entre mulheres jovens de 18 a 29 anos, enquanto para os homens esse risco diminuiu consideravelmente após os 29 anos. Já para as mulheres, o elevado risco de feminicídios persiste por pelo menos mais 15 anos.

Os crimes sexuais continuam sendo um grave problema, com crianças e adolescentes como principais vítimas. Pessoas negras representam 56,8% das vítimas de violência sexual em 2022, em comparação com 52,2% no ano anterior. Na maioria dos casos, os abusadores são conhecidos das vítimas (82,7%), enquanto apenas 17,3% dos registros apontam desconhecidos como autores da violência sexual (FBSP, 2022; 2023).

Em 2022, o Brasil registrou o maior número de casos de estupro e estupro de vulnerável da história, totalizando 74.930 vítimas, com 88,7% mulheres e 11,3% homens. Esse número representa apenas a fração dos casos notificados. Além disso, os casos de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

abandono, violência física e sexual contra crianças e adolescentes também aumentaram em 2022, com os agressores sendo predominantemente conhecidos das vítimas, com uma mudança no perfil dos agressores de acordo com a faixa etária das vítimas (FBSP, 2022; 2023).

A população carcerária, que chegou a 832.295 pessoas em 2022, reflete as desigualdades sociais e raciais, com 68,2% dos presos sendo negros e tendo idade entre 18 e 29 anos (43,1%). A Lei de Drogas contribuiu substancialmente para essa realidade, uma vez que, crimes relacionados a drogas (28%) e crimes contra o patrimônio (40%) seguem sendo a maior motivação para as prisões. Apenas 11% da população carcerária está presa por homicídio. O levantamento apontou ainda que o país tinha 596,1 mil vagas para presos. Ou seja, o sistema tinha em 2021 um déficit de mais de 236 mil vagas, mesmo tendo 91 mil pessoas sob monitoramento eletrônico.

Em nome da função de neutralização, o encarceramento em massa é acompanhado de uma série de violações de direitos humanos e da naturalização dessas condições sub humanas, de modo a garantir que a prisão seja cada vez mais sinônimo de sofrimento (Wacquant, 2003). Não por acaso, o perfil da população encarcerada é o mesmo perfil das principais vítimas das mortes violentas intencionais, das vítimas da letalidade policial, das vítimas de violência doméstica e infanto-juvenil, e a população que é apagada dos dados estatísticos quando se trata dos crimes de racismo e injúria racial dos quais são vítimas: população masculina, jovem e negra.

O controle penal funciona como mecanismo de gestão das “classes perigosas” sustentando formas de dominação (Wacquant, 2003). Considerando os níveis de desigualdade social e racial, bem como o grau de empobrecimento crescente dos últimos anos, podemos afirmar que não é casual que o país tenha a terceira população carcerária mundial.

A segurança pública no Brasil permanece um desafio complexo, marcado por altos índices de violência letal, desigualdades raciais e sociais e uma política pública frequentemente militarizada. Apesar de algumas reduções nos índices de violência, fatores estruturais como o racismo, a desigualdade social e a expansão do crime organizado continuam a alimentar um ciclo vicioso de violência. A flexibilização das leis de armas e a politização da segurança pública exacerbam ainda mais esses problemas.

Nesse sentido, no próximo tópico analisamos as tendências orçamentárias da função segurança pública nos governos Bolsonaro e no primeiro ano do atual governo Lula, uma vez que os recursos alocados e as prioridades estabelecidas refletem diretamente nas estratégias adotadas e nos resultados observados em termos de segurança pública.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tendências orçamentárias da função segurança pública no OGU

A análise e sistematização dos dados orçamentários do primeiro ano do orçamento da segurança pública do governo Lula permitiu observar mais continuidades do que rupturas com o período de 2019 a 2022. Destacamos que tal fato possivelmente se deu pelo curto tempo de execução orçamentária; o que limita-nos apontar e consolidar tendências¹.

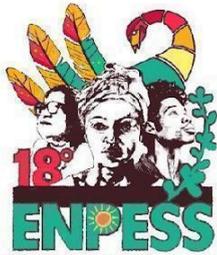
Durante o período de 2019 a 2024, há uma tendência de aumento gradual e lento dos valores autorizados e pagos para a função que se inicia no ano de 2022. Como observado anteriormente, a função é altamente executada, com mais de 70% do valor disponível para investimento sendo utilizado; tal fato é constatado pela pouca diferença entre os recursos (Kolody; Lima, 2023).

Gráfico 1 Valor pago, executado e diferença, anualmente, durante o período de 2019 a 2024 na função segurança pública (valores em milhões de reais - R\$)



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados no Siga Brasil/Painel Especialista. Acesso em 09/06/2024

No nível dos programas, observa-se que “Gestão de risco e desastres” obteve o maior aumento percentual tanto nos valores recebidos e gastos, 68,87% e 52,63% (2019- 2023) respectivamente. A tendência de aumento gradual no montante pago e autorizado teve início em 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

¹ Temos como referência de valor pago e autorizado somente o ano de 2023. Dessa forma, quando nos referimo à 2024, trata-se do valor disponível aprovado para gastar uma vez que o dispêndio dos recursos se encontra em curso.

Destacamos o fato de as ações preventivas² voltadas para as áreas inseridas no referido programa não tiveram valor pago. Para além disso, é expressivo que no ano de 2024, o valor autorizado, até a data de coleta dos dados, em 09.06.2024, já se constituía como um dos maiores na série histórica ora analisada (R\$ 2.724.900.131).

O aumento deu-se em decorrência da ação “Apoio financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigados devido aos eventos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul”, na qual foram autorizados R\$ 1.925.481.128 e já foram executados R\$ 1.922.159.748, ou seja, aproximadamente 99,82% do valor permitido para investimento. Destacamos ainda que o valor autorizado dessa ação ultrapassa até mesmo o orçamento para todo o programa no ano de 2019.

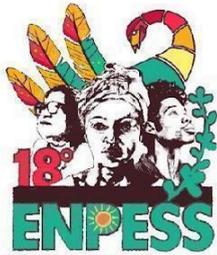
A lógica anunciada parece ser a de investir após a tragédia, com a criação de uma ação que vá atender às necessidades emergenciais, uma vez que se esvaziou e, até mesmo, nem houve valores pagos em ações voltadas à prevenção de desastres nos anos de 2019 a 2024.

Se tratam de tragédias anunciadas e permitidas já que um estudo coordenado pela Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento, ligada à Casa Civil da Presidência da República, aponta que 35% dos municípios brasileiros estão vulneráveis a desastres relacionados à deslizamentos de terras, enxurradas, alagamentos e inundações (León, 2024). Sabe-se, inclusive, que os principais afetados pelos desastres ambientais, intensificados com as mudanças climáticas, são pobres, mulheres, negros, indígenas e quilombolas (Agência Senado, 2022; Carta Capital, 2022).

Em um panorama geral sobre a organização da função, pode-se dizer que foi criado somente o programa “Rede de suporte local ao dependente químico” que contou com a única ação “Redução da demanda de drogas” no ano de 2023. Contudo, ambas não constam como ação e programa no ano seguinte, assim como “Segurança pública, combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento”. Além disso, foram criados dois programas: “Promoção de acesso à Justiça e da defesa dos direitos” e “Segurança pública com cidadania” no ano de 2024.

No nível das subfunções, há o retorno de algumas de 2019 no primeiro ano do governo Lula 3, como, por exemplo, “Proteção e benefícios ao trabalhador”, “Formação de recursos humanos” e “Assistência comunitária”, essa última, porém, extinguida em 2024.

Merece destaque a subfunção “Habitação urbana” que no ano eleitoral de 2022 foi transformada em Lei, quando foi criado o Programa “Habite Seguro”³, e inclusive, foram



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

² Trata-se das seguintes ações: “Apoio a obras preventivas de desastres”, “Aperfeiçoamento, modernização e expansão dos sistemas do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD” e “Apoio à execução de estudos, planos, projetos e obras de prevenção e proteção à erosão costeira em áreas urbanizadas”. ³ Destinado a parcela de profissionais da segurança pública, visa oferecer subsídios para aquisição de moradias. registrados exuberantes valores pagos (R\$ 31.245.809) e autorizados (R\$ 39.806.226). É somente em 2024 que volta a ter outro salto orçamentário, sendo permitido o despendido de R\$ 26.875.399.

Ainda tratando de continuidades com o governo Bolsonaro, as dez ações que mais foram pagas permaneceram idênticas ao período anterior. Assim, temos um quadro no qual metade das ações compõem a subfunção “Policiamento”. Tal fato corrobora a solidificação de uma política de segurança pública focada em intensificar a punição e o encarceramento, estimulada pelo governo federal junto aos estados, principais responsáveis pela execução da política de segurança pública.

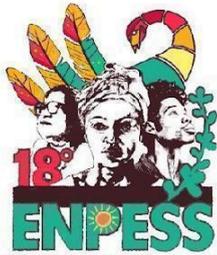
Considerações finais

A análise do neofascismo contemporâneo, particularmente no contexto do bolsonarismo, revela como a radicalização política e a ascensão de ideologias extremistas influenciam diretamente as práticas e políticas de segurança pública. O discurso de extrema direita, com sua retórica de violência e repressão, não apenas molda a percepção pública sobre a segurança, mas também legitima ações policiais severas e militarizadas. Essa abordagem está intrinsecamente ligada a um padrão violento e racista, perpetuado ao longo dos anos, que se manifesta na alta taxa de homicídios e na brutalidade policial direcionada principalmente à população negra e periférica.

O apelo à lei e à ordem, como demonstra Stanley (2020), é característico do fascismo histórico e se apresenta, sob novas formas, nos discursos fascizantes da extrema direita contemporânea. Assim como o apelo à “pureza” do componente nacional, que quase sempre é expresso como racismo e xenofobia travestido de nacionalismo. A segurança é uma área central para os discursos neofascistas.

Nesse sentido, a pesquisa para compreensão da dinâmica do fundo público na área de segurança pública, articulada à análise de conjuntura, aponta para o papel das definições orçamentárias na reprodução das relações de classe e das estruturas racistas no Brasil.

A redução orçamentária federal dos recursos destinados ao programa de gestão e combate de desastres no período Bolsonaro, por exemplo, é uma manifestação do negacionismo climático, típico das visões de mundo da extrema-direita. Mas também, um mecanismo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ampliação da injustiça climática e racismo ambiental sob o capitalismo neoliberal.

Ademais da falácia da “economia verde” e da propaganda de um capitalismo sustentável, a destrutividade ambiental é manifesta em catástrofes que se tornaram comuns no Brasil e no mundo. No entanto, os rebatimentos dessas catástrofes são desiguais, afetando sobremaneira populações vulnerabilizadas em razão de seu gênero, classe e raça.

O aumento dos recursos destinados ao programa de gestão e combate de desastres, que compõem o orçamento da segurança pública, a partir do primeiro ano de governo Lula é uma importante sinalização, mas deve ser acompanhado de ações prolongadas de combate ao racismo ambiental e à injustiça climática.

Apesar do orçamento da segurança pública não sofrer mudanças significativas, há um nítido direcionamento da gestão dessa política sob o governo Lula. Medidas como o primeiro decreto presidencial, que suspendeu a ampliação dos registros de armas para Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs) promovida por Bolsonaro, é um marco positivo para toda a sociedade, considerando o cenário de barbarização apresentado no decorrer deste trabalho.

A vitória eleitoral da frente ampla que elegeu Lula, apesar de significar um avanço na luta contra a barbarização da vida, não eliminou a ameaça do neofascismo. Há um processo de constante enfrentamento em curso. Isso posto, compreender a dinâmica institucional e as possibilidades de ação por meio do Estado é relevante para o enfrentamento à ameaça neofascista, contudo é insuficiente para “desbolsonarizar” o Brasil (Fontes, 2024).

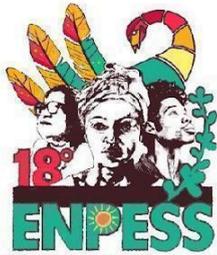
Nessa direção, o combate aos processos de fascistização, postos em marcha pelo bolsonarismo, exige intervenção institucional contrária à política nefasta de armamento indiscriminado; passa pela educação das forças policiais segundo um paradigma democrático por ampliação de cidadania e; sobretudo, depende do enfrentamento ao arrocho fiscal e às consequências do “ajuste fiscal permanente” (Behring, 2021). A aliança com movimentos sociais e populares que apontem para a defesa da vida e luta contra o racismo, o machismo e a lgbtqifobia torna-se, assim, indispensável.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen/Sueli Carneiro, 2019. 624 p. (Coleção Feminismos Plurais).

BATISTA, N. Política criminal com derramamento de sangue. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. V. 20, out/dez 1997, p. 129-146.

BEHRING, E. R. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BOCCHINI, B. Registros de racismo e homofobia disparam no país em 2022. **Agência Brasil**. 20 jul. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/registros-de-racismo-e-homofobia-disparam-no-pais-em-2022#:~:text=Os%20registros%20de%20racismo%20saltaram,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior.>>. Acesso em 20 Mar. 2024.

BRASIL, **Projeto de Lei, PL 1904/2024**. Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em 16/07/2024

CERQUEIRA, D; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>>. Acesso em 20 Mar. 2024.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14302&catid=41&m=0>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FAMÍLIAS negras e pobres estão mais sujeitas a tragédias ambientais, mostra estudo. **Carta Capital**, [S.l.], 03 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/familias-negras-e-pobres-estao-mais-sujeitas-a-desastres-ambientais-mostra-estudo/>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

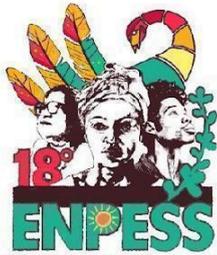
FONTES, Virginia. Resistir e enfrentar- **Contra o fascismo e o capital** in: Democracia, política social e serviço social / Ana Maria de Vasconcelos, Maria Inês Souza Bravo, Silene de Moraes Freire (organizadoras) – Curitiba: CRV, 2024. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <<https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/c0c2a9ec-d322-487a-b54fa305cb736798/content>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <<https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/c0c6abca-36ce-4469-aff1-6cdba95bf197/content>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

G1 SANTOS. **Operação Verão chega a 30 mortes e supera as 28 da Operação Escudo**; entenda. 20 fev. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/02/20/operacao-verao-chega-a-30-mortes-e-supera-as-28-da-operacao-escudo-entenda.ghtml>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GONÇALVES, G. L. Crise, expropriações e autoritarismo. In. CISLAGHI, J.; DEMIER, F. (Org). **O neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GRAEFF, B. et al. **Onde mora a impunidade?** Porque o Brasil precisa de um indicador nacional de Esclarecimento de Homicídios. Instituto Sou da Paz, 6ª edição, 2023. Disponível em: <<https://lp.soudapaz.org/onde-mora-a-impunidade23>>. Acesso em 25 Mar. 2024.

JAUMONT, J. H. S. **Tendências de um padrão de reprodução do capital:** análise dos eixos estratégicos da econômica brasileira no século XXI. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022, 151 f.

KOLODY, A.; LIMA, B. E. B. A questão da (in)segurança pública no Brasil de Bolsonaro. In: **Anais XI Jornada Internacional Políticas Públicas**, setembro de 2023. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaold_3307_3307649868e0af47a.pdf>. Acesso em 30 Mar. 2024.

LEÓN, L. P. Brasil tem 1.942 cidades com risco de desastre ambiental. **Agência Brasil**, Brasília, 18 mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/brasil-tem-1942-cidades-com-risco-de-desastre-ambiental#:~:text=O%20levantamento%20ainda%20identificou%20os,exurradas%20e%20deslizamentos%20de%20terra.>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

LORRAN, T. CACs: Exército liberou armas para 5,22 mil condenados por tráfico de drogas e outros crimes. 28 Mar. 2024. **Estadão**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/cacs-exercito-liberou-armas-para-52-mil-condenados-por-trafico-de-drogas-e-outros-crimes/>>. Acesso em 28 Mar. 2024.

MANSO, B. P.; DIAS, C. C. N. **A Guerra:** A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil. São Paulo, Todavia, 2018.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MOSQUERA, M. Milei: uma ameaça fascista?. Traduzido por Gabriel Dayoub. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2023/11/19/milei-uma-ameaca-fascista/>> 2023> Acesso em 15/06/2024

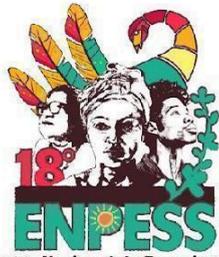
MOURA, C. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014

MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão**. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

MOURA, R. **Como a segurança pública foi terceirizada no Governo Bolsonaro**. Rede de Observatórios. 24 jul. 2021. Disponível em: <<http://observatorioseguranca.com.br/como-a-seguranca-foi-terceirizada-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 07 ago. 2022.

NEGROS e indígenas são os mais afetados por catástrofes ambientais, aponta debate. **Agência Senado**, Brasília, 27 jun. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/27/negros-e-indigenas-sao-os-mais>>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 24.